

SAÚDE E ECONOMIA

UMA CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA PARA ENFRENTAR A COVID-19 E VOLTAR AO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Principais conclusões

- Vários países da América Latina estão atualmente no epicentro da pandemia da COVID-19.
- A região das Américas, a mais desigual do mundo, é especialmente vulnerável à COVID-19 por causa de seus altos níveis de trabalho informal e urbanização e deficientes sistemas de saúde e proteção social.
- Se a curva de contágio não for controlada, a reativação econômica não será possível.
- Vida, saúde e bem-estar são fundamentais e são pré-requisitos para a reativação da economia.
- Para abordar a pandemia em todas as suas fases, as políticas de saúde, sociais e econômicas devem ser integradas, coordenadas e participativas, e adaptadas a cada contexto nacional e subnacional.
- As medidas de saúde pública devem basear-se nas informações científicas disponíveis em um contexto dinâmico e devem acompanhar as medidas econômicas, sociais e produtivas. Quando a economia começar a se reativar, as chances de contágio aumentarão. Portanto, estratégias de reabertura exigem a integração de políticas econômicas e de saúde (fiscal, social, produtiva), pois as políticas econômicas podem mitigar os efeitos da crise e facilitar o cumprimento das medidas de saúde.
- A fase de reabertura da economia deve ser gradual e baseada em protocolos de saúde que considerem como conviver com os efeitos do vírus e proteger os trabalhadores. Esses protocolos podem variar de acordo com o lugar.
- Os gastos fiscais para controlar a pandemia e promover a reativação e reconstrução devem aumentar e se tornar mais eficientes, eficazes e equitativos, com os gastos públicos em saúde atingindo pelo menos 6% do PIB.
- Isso garantirá o fortalecimento dos sistemas de saúde para expandir a prestação de serviços de qualidade, atendendo a necessidades de saúde não atendidas imediatamente, de maneira acelerada, reduzindo as desigualdades e aumentando a proteção financeira.
- Reduzir as desigualdades é um eixo de política; portanto, tudo o que é feito durante e após a crise deve ser direcionado para a construção de sociedades mais igualitárias, inclusivas, sustentáveis e resilientes.

Sistemas de saúde e pandemia

- A saúde é um direito humano fundamental e um bem público que deve ser garantido pelo Estado.
- Os sistemas de saúde nos países da região apresentam fragilidades significativas. Eles são subfinanciados, segmentados e fragmentados e apresentam importantes barreiras ao acesso.
- Os gastos em saúde pública são baixos, abaixo da meta de 6,0% do PIB recomendada pela OPAS. A despesa média é de apenas 3,7% do PIB.
- Em média, mais de um terço (34%) do financiamento de assistência médica provém de pagamentos diretos das famílias na região. A OPAS recomenda eliminar os pagamentos diretos no ponto de serviço.

- Quase 95 milhões de pessoas enfrentam gastos catastróficos em saúde e quase 12 milhões estão empobrecidos devido a esses custos.
- A disponibilidade média de 20 médicos por 10.000 habitantes está bem abaixo do número médio de 35 médicos por 10.000 habitantes que os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) alcançaram, e abaixo do valor recomendado pela OMS (30 médicos por 10.000 habitantes no mínimo e 23 médicos, enfermeiros e parteiras por 10.000 para cuidar razoavelmente da saúde materna e infantil).
- A disponibilidade média de leitos hospitalares também é menor, com 2,0 leitos por 1.000 habitantes na América Latina e no Caribe contra 4,8 nos países da OCDE.
- A pandemia representa um risco aumentado para certos grupos. Estes incluem os 85 milhões de pessoas com mais de 60 anos e os 70 milhões de pessoas com deficiência. A disseminação do vírus pode dificultar o tratamento das doenças crônicas mais comuns nesses grupos, expondo-as à morte precoce.
- A priorização da saúde e o fortalecimento dos sistemas de saúde com base na estratégia de atenção primária à saúde fornecem os fundamentos necessários para responder à crise em todas as etapas.

A economia e a pandemia

- A pandemia levou à recessão mais acentuada da história da América Latina e do Caribe, que, segundo projeções da CEPAL, trará uma queda regional no crescimento de -9,1% em 2020.
- O desemprego aumentará de 8,1% em 2019 para 13,5% em 2020 (44 milhões de desempregados, 18 milhões a mais que em 2019).
- Haverá aumento na taxa de pobreza de 7,0 pontos percentuais, que atingirá 37,3% da população (231 milhões no total, com 45 milhões de novos pobres).
- Estima-se que a pobreza extrema aumentará 4,5 pontos percentuais para 15,5%, um aumento de 28 milhões de pessoas (96 milhões de pessoas no total).
- A desigualdade terá um aumento médio no índice de Gini de 4,9 pontos percentuais de 2019 a 2020.
- Oito em cada dez pessoas na região (491 milhões de pessoas) viverão com renda abaixo de três linhas de pobreza: US \$ 500 por mês
- O queda da atividade econômica levará a um declínio de 10 anos no PIB per capita no final de 2020, atingindo os níveis observados em 2010.
- Estima-se que 2,7 milhões de empresas fecharão devido à crise e precisarão de apoio.
- As medidas de distanciamento físico necessárias para controlar a transmissão têm consequências em termos de perda de empregos e perda de renda. Um grupo particularmente vulnerável são os trabalhadores informais (principalmente mulheres), que representam 54% do emprego total na região.
- A proteção social é uma ferramenta central para combater a pandemia, como parte da luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão.

Três fases da resposta

A resposta à pandemia deve ser estruturada em três fases não lineares e inter-relacionadas - controle, reativação e reconstrução - com a participação de atores dos campos da saúde, social e econômico.

Fase de controle:

- O esforço fiscal deve ter como objetivo financiar serviços de saúde, com sistemas de informação e transformação digital, dentro da estrutura de modelos de atendimento baseados na comunidade e no território.
- Barreiras de acesso, incluindo co-pagamentos pelo diagnóstico e tratamento da COVID-19 e comorbidades, devem ser removidos.
- O foco na pandemia e na realocação de recursos para contê-la e respondê-la não deve comprometer a continuidade dos serviços e o atendimento a outras doenças.
- A proteção dos trabalhadores da saúde é essencial, tanto por razões de direitos dos trabalhadores, quanto pelo fato de que são atores cruciais na resposta aos desafios atuais e futuros.

Fase de reativação:

- O esforço fiscal deve ter como objetivo financiar serviços de saúde, com sistemas de informação e transformação digital, dentro da estrutura de modelos de atendimento baseados na comunidade e no território.
- Barreiras de acesso, incluindo co-pagamentos pelo diagnóstico e tratamento da COVID-19 e comorbidades, devem ser removidos.
- O foco na pandemia e na realocação de recursos para contê-la e respondê-la não deve comprometer a continuidade dos serviços e o atendimento a outras doenças.
- A proteção dos trabalhadores da saúde é essencial, tanto por razões de direitos dos trabalhadores, quanto pelo fato de que são atores cruciais na resposta aos desafios atuais e futuros.

Fase de reconstrução:

- Ao passar para a fase de reconstrução após a pandemia, a saúde deve ser vista como um direito humano e um bem público que deve ser garantido pelo Estado, com financiamento adequado.
- O acesso universal à saúde e os sistemas de saúde fortalecidos devem ser ampliados com uma abordagem primária baseada em cuidados de saúde, priorizando populações particularmente vulneráveis.
- Reformas nos sistemas de saúde devem ajudar a fortalecer o exercício de funções essenciais de saúde pública.
- São necessária informação e transformação digital para melhorar o acesso, a qualidade e a capacidade resolutiva, bem como para a vigilância de doenças e resposta a surtos.
- É crucial consolidar sistemas universais e abrangentes de proteção social, e que o investimento público em saúde aumente para pelo menos 6% do PIB nacional.
- A região deve reduzir sua dependência de produtos médicos importados, pois menos de 4% deles vêm da própria região e fortalecer a capacidade de produção das indústrias de suprimentos e equipamentos médicos e farmacêuticos.
- É preciso reconstruir com maior sustentabilidade ambiental e combater as mudanças climáticas, levando em consideração a fragilidade do ecossistema, para prevenir futuras doenças zoonóticas.